



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

174

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº

## ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos de  
Apelação nº 990.10.129150-9, da Comarca de São José  
do Rio Preto, em que é apelante/apelado WASHINGTON DA  
SILVA FERREIRA (JUSTIÇA GRATUITA) sendo  
apelado/apelante MARITIMA SEGUROS S/A.

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do  
Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte  
decisão: "DERAM PROVIMENTO EM PARTE AO APELO DO AUTOR  
E NEGARAM PROVIMENTO AO APELO DA RÉ, PARA OS FINS QUE  
CONSTARÃO DO ACÓRDÃO. V. U.", de conformidade com o  
voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos  
Desembargadores CESAR LACERDA (Presidente) e MELLO  
PINTO.

São Paulo, 10 de agosto de 2010.

CELSO PIMENTEL  
RELATOR

Cba

Certa a invalidez parcial e permanente do autor, decorrente do acidente de trânsito, o que tem relevância, sim, porque seu grau reflete-se no montante da obrigação de indenizar pelo seguro obrigatório, a preposição "até", do texto legal, mantém-se condenação da seguradora a pagar indenização, observado o salário mínimo da época da efetiva liquidação.

Ambos os litigantes apelam da respeitável sentença que acolheu em parte demanda de indenização de seguro obrigatório.

O autor insiste no pagamento integral do equivalente a quarenta salários mínimos, sustentando a irrelevância do grau da invalidez, que, no entanto, afirma ser total. Quer que se adote o salário mínimo da época da liquidação.

A ré, seguradora, busca a adoção, como base, do valor fixado em lei que indica.

Vieram preparo de quem se exigia e resposta.

É o relatório.

Clara e convincente, a perícia confirmou a lesão sofrida pelo autor no acidente de trânsito de abril de 2005 e a invalidez parcial e permanente, no grau de trinta por cento.

Ele faz jus, então, a trinta por cento de quarenta salários mínimos, ou seja, ao equivalente a doze salários mínimos, mas da data da


efetiva liquidação da obrigação, não do ajuizamento.

Por outro lado, a grau de invalidez parcial tem relevância, sim, e está evidenciado na preposição "até", constante do texto legal, a refletir proporcionalidade.

De resto, não tem pertinência o disposto na Lei 11.482/2007 e na Medida Provisória que a antecedeu, porque ambos os diplomas são posteriores ao acidente.

Em suma, o reparo na respeitável sentença limita-se ao salário mínimo a ser adotado.

Pelas razões expostos e para o fim assinalado, dá-se parcial provimento ao apelo do autor e nega-se provimento ao apelo da ré.

  
Celso Pimentel  
Relator